

A DISCUSSÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM NA GEOGRAFIA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ABORDAGEM CULTURAL

Rafael da Silva Oliveira *

RESUMO

O conceito de paisagem, no âmbito da ciência geográfica, possui importante serventia no discurso da ciência em tela, pois juntamente com as categorias de espaço, território, lugar e região constituem os cinco conceitos-chave deste ramo do conhecimento.

Isto posto, o presente artigo busca apresentar alguns estudos relevantes na elucidação do entendimento acerca do conceito de paisagem, desde as primeiras décadas do século XX até o momento hodierno, a partir da perspectiva cultural. Cumpre mencionar que o conceito de paisagem possui, no cerne do pensamento geográfico, um caráter polissêmico, sendo que neste *paper* prenderemos nossa atenção apenas dentro da visão supramencionada.

Palavras-chave: paisagem – abordagem cultural – geografia.

* Professor Assistente do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Roraima – UFRR; mestre em Ordenamento Territorial e Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF.

INTRODUÇÃO

A ciência geográfica possui cinco conceitos-chave, a saber: espaço, lugar, território, paisagem e região (CORRÊA, 1995). Tais conceitos contribuem na instrumentalização do discurso da geografia como, também, inclinam suas interpretações a partir de uma preocupação e objetivo específicos: o espaço geográfico. Tais conceitos-chave além de municiar o estudo do referido ramo do conhecimento marca as especificidades da contribuição desta ciência em relação as demais.

Neste sentido, torna-se indubitável o conhecimento das distintas posturas reflexivas existentes no cerne de cada conceito-chave, facilitando assim o entendimento da realidade a partir do olhar geográfico. Isto posto, pretendemos, no artigo em xeque, esboçar reflexões concernentes a alguns estudos de importante relevância para a compreensão do conceito de paisagem.

Cumprе mencionar que o debate acerca do conceito de paisagem possui característica plural, não sendo minorado a nenhuma perspectiva ou interpretação determinante, por isso é de suma relevância sinalizarmos que no artigo em tela nos ateremos somente ao debate a partir da abordagem cultural da geografia.

Para atingirmos tais pretensões sub-dividimos nosso artigo em dois itens, a saber: I – Panorama da discussão do conceito de paisagem na Geografia: uma apresentação ao longo do século XX e; II – Sistematizando as idéias: de Carl Ortwin Sauer ao atual debate fenomenológico do conceito de paisagem.

No primeiro item, intitulado “Panorama da discussão do conceito de paisagem na Geografia: uma apresentação ao longo do século XX”, procuramos externar algumas das principais contribuições científicas concernente ao debate de paisagem, desde o início do século XX até a década de 1980, pois a partir dos autores elencados conseguiremos ter uma compreensão dos avanços epistemológicos que o referido conceito sofreu. No tocante ao segundo item, “Sistematizando as idéias: de Carl Ortwin Sauer ao atual debate fenomenológico do conceito de paisagem”, buscamos estabelecer algumas relações entre os autores apresentados no primeiro item, sistematizando suas principais concepções teóricas com a evolução do pensamento geográfico. Outra questão discutida no referido item diz respeito ao resgate da discussão do aporte fenomenológico no estudo da paisagem, sobretudo nas três últimas décadas.

PANORAMA DA DISCUSSÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM NA GEOGRAFIA: UMA APRESENTAÇÃO AO LONGO DO SÉCULO XX

O referido item busca tratar de algumas abordagens de paisagem, a partir da perspectiva cultural, ao longo de diferentes momentos da história do pensamento geográfico. Nosso objetivo é destacar os avanços epistemológicos e as mudanças teóricas evidenciadas ao longo do debate sobre a paisagem no cerne da geografia.

Sauer (1998)¹, em artigo intitulado “A morfologia da paisagem”, apresenta pertinente contribuição no tocante a discussão de paisagem, pois além de refutar a visão determinista hegemônica da geografia anglo-saxônica na época de sua publicação original, o mesmo introduz em suas reflexões a importância da cultura na compreensão da paisagem, antecipando assim a chamada Geografia Cultural.

O referido autor aponta que a paisagem deve ser entendida como possuidora de uma qualidade orgânica, cuja estrutura e função são determinadas por formas que se apresentam integradas e dependentes, sendo a mesma uma identidade que é forjada a partir da formação do reconhecimento, dos limites e do relacionamento genérico com outras paisagens. Sauer (1998:24) avança suas reflexões afirmando que *“a paisagem não é simplesmente uma cena real vista por um observador. A paisagem geográfica é uma generalização derivada da observação de cenas individuais”*.

A paisagem geográfica não é mais vista como apenas um conjunto de elementos naturais, sendo inserido, assim, os aspectos culturais incutidos em uma dada área, estando esses, também, “em relevo” por aquele que o observa. Neste sentido, percebe-se que Sauer (1998), atenta que as ações humanas implicam em marcas que são impressas nas paisagens, tendo o tempo como variante a ser destacada, pois, as obras do homem através dos caminhos de uma dada cultura, mudam ao longo do tempo, tendo seu reflexo na paisagem.

Convém evidenciar que a paisagem cultural é vista como o resultado da ação do homem sobre a paisagem natural. Sauer (1998:43) possui postura enfática ao ressaltar as modificações da

¹ Publicado originalmente como “The Morphology of landscape”. In.: *Publications in Geography*, University of California, vol.2, nº2, 1925. pp.19-54.

paisagem no decorrer do tempo: “a paisagem cultural então é sujeita a mudança pelo desenvolvimento da cultura ou pela substituição de culturas”.

Sauer (1998) deixa claro, em sua obra, que não importa para o geógrafo se preocupar com os costumes, crenças e ritmos do homem, importando apenas as marcas do mesmo na paisagem.

Bobek & Schmithüsen (1998:75)², apresentando discussão pautada nas questões de ordem ambiental e estabelecendo análise salutar no que tange a interferência humana na paisagem, apontam:

a Geografia não se limita à observação e à descrição do visível, ainda que parta delas, mas pretende compreender a natureza do conjunto dos elementos constitutivos do âmbito que, com certa impropriedade, se denomina superfície terrestre.

Os referidos autores apontam três elementos que constituem a essência do que os mesmos denominam, cautelosamente, de superfície terrestre, a saber:

- i) os fenômenos espaciais, materiais e perceptíveis – diz respeito a estrutura, em sua materialidade, ou seja, a forma em que se apresenta;
- ii) as relações que ocorrem de forma associada, não sendo percebido visualmente de maneira imediata em todas as partes de sua totalidade e;
- iii) a temporalidade e sua postura sucessiva, pois se realiza no presente e condiciona/projeta o futuro.

Bobek & Schmithüsen (1998:77), discorrendo acerca dos elementos supracitados, sendo estes repletos de complexidade no que tange o objeto de estudo geográfico, esclarecem que “os elementos correspondentes aos três mundos estão no objeto geográfico, não somente justapostos ou interconectados, mas essencialmente integrados”.

Neste contexto, Bobek & Schmithüsen (1998:77-78) traçam discussão concernente a paisagem, apresentando sucinta, porém aprofundada, reflexão sistematizando esta com os elementos em tela, afirmando:

² Publicado originalmente como “Die Landschaftsbegriff in logischen System der Geographie”. In.: *Erdkunde*, 2-3, 1949. pp.112-120.

paisagem no decorrer do tempo: “a paisagem cultural então é sujeita a mudança pelo desenvolvimento da cultura ou pela substituição de culturas”.

Sauer (1998) deixa claro, em sua obra, que não importa para o geógrafo se preocupar com os costumes, crenças e ritmos do homem, importando apenas as marcas do mesmo na paisagem.

Bobek & Schmithüsen (1998:75)², apresentando discussão pautada nas questões de ordem ambiental e estabelecendo análise salutar no que tange a interferência humana na paisagem, apontam:

a Geografia não se limita à observação e à descrição do visível, ainda que parta delas, mas pretende compreender a natureza do conjunto dos elementos constitutivos do âmbito que, com certa impropriedade, se denomina superfície terrestre.

Os referidos autores apontam três elementos que constituem a essência do que os mesmos denominam, cautelosamente, de superfície terrestre, a saber:

- i) os fenômenos espaciais, materiais e perceptíveis – diz respeito a estrutura, em sua materialidade, ou seja, a forma em que se apresenta;
- ii) as relações que ocorrem de forma associada, não sendo percebido visualmente de maneira imediata em todas as partes de sua totalidade e;
- iii) a temporalidade e sua postura sucessiva, pois se realiza no presente e condiciona/projeta o futuro.

Bobek & Schmithüsen (1998:77), discorrendo acerca dos elementos supracitados, sendo estes repletos de complexidade no que tange o objeto de estudo geográfico, esclarecem que “os elementos correspondentes aos três mundos estão no objeto geográfico, não somente justapostos ou interconectados, mas essencialmente integrados”.

Neste contexto, Bobek & Schmithüsen (1998:77-78) traçam discussão concernente a paisagem, apresentando sucinta, porém aprofundada, reflexão sistematizando esta com os elementos em tela, afirmando:

² Publicado originalmente como “Die Landschaftsbegriff in logischen System der Geographie”. In.: *Erdkunde*, 2-3, 1949. pp.112-120.

a Geografia da paisagem procede de forma normativa ou nomotética, comparando as distintas partes da superfície terrestre e ordenando-as em tipos e gêneros, fazendo abstrações de suas peculiaridades individuais. Esta classe de unidades, definidas com base em sua aparência fenomênica, em sua trama de relações e em seu desenvolvimento histórico, denomina-se paisagem, independentemente de seu nível dimensional.

Isto posto, os autores em tela apontam o homem como o detentor do maior grau de potencialidade no que tange as interferências, modificações e influências do meio. Bobek & Schmithüsen (1998:82), evidenciam esta característica humana, sublinhando que

se o mundo biológico não-humano já é capaz de modificar o seu meio, esta capacidade no homem é enorme uma vez que pode atuar de forma consciente e racional. Os complexos bióticos pouco estáveis e integrados da paisagem natural não resistem ao ataque do homem; um pouco mais resistente aos seus impactos são aqueles (complexos) dotados de maior estabilidade. Mas, inclusive, nas comunidades mais fortemente integradas de plantas e animais, o homem intervém por meio do cultivo e da domesticação. As biocenoses naturais são substituídas por biocenoses artificiais nas quais verifica-se o mais alto grau de integração entre a natureza e o homem, chegando-se ao que se denomina paisagem cultural.

Neste sentido, a paisagem para que possa ser considerada de cunho cultural, segundo os autores, tem como fator de relevância decisiva sua fisionomia, pois esta deve possuir elementos espaciais que evidenciem as ações dos grupos que encontram-se organizados no seio da sociedade.

Troll (1996:1)³, em artigo intitulado “A paisagem geográfica e sua investigação”, deixa explícito nas linhas iniciais que a tarefa hodierna do geógrafo é buscar ressaltar, de forma mais contundente, as características e a concordância causal de suas diversas partes, destacando:

³ Publicado originalmente como “Die geographische Landschaft und ihre Erforschung”. In.: *Stadium Generale*, 4/5, 1950. pp.163-181.

a tendência é cada vez maior em se considerar a paisagem como uma unidade orgânica e estudá-la no ritmo temporal e espacial de seus numerosos e diversos fatores. [...] Levanta-se também a questão da paisagem ser algo mais que a soma dos objetos geográficos, ou seja, uma totalidade ou uma configuração.

Neste âmbito, buscando estabelecer reflexão concernente a dinâmica temporal da paisagem, compara a desenvoltura da interferência/modificação da paisagem natural com a da paisagem econômica, afirmando que

todas as paisagens refletem também transformações temporais e conservam testemunhos de tempos passados. Mas enquanto as paisagens naturais só variam em um ritmo secular ou geológico, as paisagens econômicas mudam relativamente depressa, de geração em geração e, inclusive, durante a própria observação do geógrafo (TROLL, 1996:3).

Ao discutir a estrutura e a divisão da paisagem nas suas diversas escalas, o autor se apropria da denominação ecótopo⁴ para designar os pequenos espaços de uma paisagem, entendidas, também, como divisões mínimas da paisagem geográfica. Troll (1996:7) atenta que

quando se analisa a estrutura interna da paisagem apreende-se a lógica que é atribuir-lhe um caráter de conjunto, de totalidade, e não a um elemento da paisagem, mas todo o ecótopo. Porque da união espacial dos diferentes elementos da paisagem em um ecótopo não surge somente uma configuração, mas um conjunto harmonioso formado por componentes que se ajudam mutuamente e que não podem existir por si mesmos.

Neste contexto, Troll (1996), ressalta que ao analisar a paisagem, deve-se ter cautela, para que não se tenha realidades parciais, limitadas, pois no seio do ecótopo se produz uma gama de interações entre os diferentes elementos da paisagem, sendo papel

⁴ “O ecologista inglês A. G. Tansley já utilizava, em 1939, o termo **ecótopo**, ao mesmo tempo em que os autores russos começavam a falar de **unidades topo-ecológicas**. K. H. Paffen propôs que em alemão se utilizasse a expressão **célula da paisagem**” (TROLL, 1996:5).

do geógrafo estar atento para esta multiplicidade de interações.

Meinig (2002:35)⁵, edificando raciocínio sobre as diversas variáveis subjetivas estimuladas pela paisagem, aponta que

cada qual, a seu turno, descreverá a paisagem (aquela parte do espaço que é vista de um único ponto, define o dicionário), detalhando sua composição e falando algo sobre o significado do que pode ser visto. Ficará logo evidente que mesmo que nos juntemos e que olhemos para a mesma direção, no mesmo instante, não veremos – não poderemos ver – a mesma paisagem. [...] Qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes.

O referido autor busca elucidar tal análise apresentando diferentes chaves interpretativas de uma mesma cena, ratificando o alto teor complexo-subjetivo que a paisagem estimula, pois cada indivíduo pode esboçar entendimento ou considerações distintas de uma mesma cena, tendo como aporte reflexivo sua vivência, não se preocupando com os elementos, mas com sua essência, organizando idéias e delegando sentido aquilo que aparece. Sendo assim, Meinig (2002) estrutura dez versões de análise para a paisagem, a saber: a paisagem como natureza; a paisagem como habitat; a paisagem como artefato; a paisagem como sistema; a paisagem como problema; a paisagem como riqueza; a paisagem como ideologia; a paisagem como história; a paisagem como lugar e a paisagem como estética.

Na paisagem como natureza, segundo Meinig (2002), as atividades humanas perdem relevância quando comparadas com os feitos da natureza, cujo poder das marés e das tormentas apresentam a pujança da natureza onde o homem, em meio a imensidão do céu e da terra, aparece minuscilamente efêmero, até mesmo os seus imponentes arranha-céus são insignificantes diante da magnitude da natureza.

A paisagem vista como habitat é entendida como *“uma porção da Terra como lar do homem”* (MEINIG, 2002:37). Diante desta dimensão, a paisagem é identificada a partir do princípio cultural de identificação e pertencimento, sendo esta a mescla entre o homem e a natureza, modificando-a, alterando-a e adaptando-a as suas aspirações e desejos.

⁵ Publicado originalmente em “Landscape Architecture”, vol.66, 1976. pp.47-54.

A paisagem sendo observada como artefato surpervaloriza as marcas do homem, sendo a natureza apenas o suporte dos feitos humanos. Neste sentido, a superfície terrestre foi modificada dando passagem às pedreiras, túneis, barragens, pavimentações, entre outros. Meinig (2002:38) discorre sobre a questão, afirmando:

a Terra é uma plataforma, mas tudo é resultado da ação humana e desse modo não podem ser encontrados fragmentos da natureza primitiva. Os solos, as árvores, os rios não são *natureza* distinta do homem, eles são criações profundamente humanas: solos alterados pela agricultura, ceifa, queimada, adubação, fertilização, drenagem; florestas derrubadas e queimadas e toda a complexa mudança causada pela associação de novas espécies; rios assoreados, canalizados, seu regime afetado por uma miríade de mudanças em suas cabeceiras.

Concernente a paisagem como sistema, todos os elementos constituintes da superfície da Terra estão relacionados com uma ordem sistêmica maior, onde o rio não é visto apenas como um simples rio e sim como parte de um ciclo hidrológico, priorizando o entendimento integral dos fenômenos. Sendo assim, o autor apresenta o potencial holístico que uma paisagem pode conduzir nossa visão, cujo homem é, indubitavelmente, uma parte inelutável desse sistema maior.

A paisagem também pode ser entendida como problema, mas não da busca insaciável do campo científico em ampliar seu conhecimento sobre uma dada área para melhorar sua compreensão da mesma, mas como um desejo de insatisfação ou, melhor seria, de correção das paisagens vistas, pelo indivíduo, como inadequadas. Esta postura apresenta-se diante de uma pessoa através de uma floresta queimada, da poluição industrial, do lixo, dos rios assoreados, congestionamentos, onde diante de nós, a partir de cada subjetividade individual, surge uma “desordem” que clama por mudança, visando uma “ordem”.

Diante da multiplicidade de “visões” e subjetividades que as paisagens proporcionam, elas podem se apresentar como sinônimo de riqueza, pois há aqueles que vêm uma cena buscando atribuir valor a tudo que é vislumbrado. Tal visão tem serventia para o especulador ou empreendedor e, de certa maneira, para o paisagista, sendo muito utilizada para avaliar o valor das propriedades e seu entorno, considerando a localização, a

vizinhança, a acessibilidade e sua projeção para o futuro.

A paisagem como ideologia é vista como inspiração para compreender e para mudar a mesma, sendo necessário modificar as idéias que dão a sustentabilidade ao que foi criado e que surge diante de nós. Sendo assim, a paisagem sob este prisma é encarada como um olhar profundamente concentrado em compreender a essência daquilo que é corpóreo.

A história também é percebida através das cenas captadas pelo observador, pois neste âmbito a paisagem representa a conjugação de diversos momentos temporais, desde o hodierno até as marcas pretéritas, sendo um registro que representa atividades antrópicas e naturais em um dado lugar. Meinig (2002) prossegue chamando atenção que o crucial neste entendimento é a cronologia, sendo esta um suporte sobre o qual a história se constrói. Cumpre ressaltar que a paisagem visível não é um completo registro historiográfico, porém instrumentaliza e fornece subsídios para que através da inferência venha a eclodir muito mais dados que um simples olhar casual.

O lugar pode também ser um outro sentido a ser atribuído a paisagem, pois a cena observada representa uma localidade, sendo um fragmento, um recorte da totalidade. Tal paisagem abrange nossas vivências, aguçando o desejo para os detalhes e nuances do campo de relação visual. *“Tal observador procura apreender os aspectos comuns para apreciar o sabor de tudo o que encontra”* (MEINIG, 2002:44).

E, por fim, a paisagem aparecendo com o sentido de estética. Neste momento é valorizado as feições e os traços específicos buscando aflorar as qualidades artísticas. Convém registrar que as “qualidades artísticas” apresentam diversos níveis, variedades e entendimentos, sendo para cada indivíduo e/ou artista buscar extrair e selecionar as representações captadas, liquefazendo para a linguagem o entendimento básico da arte, buscando valorar cor, textura, simetria, equilíbrio, formas, trazendo um caráter interminável de visões, versões e variações.

Berque (1998)⁶, nos aponta o caráter gemino que a paisagem possui, pois a mesma se apresenta como marca, pois expressa os traços de uma civilização, e, também, como matriz, porque condiciona a existência humana, canalizando, de certo modo, as

⁶ Publicado originalmente como “Paysage-Empreinte, Paysage-Matrice: Elements de Problematique Pour Une Géographie Culturelle”. In.: *L'Espace Géographique* 13 (1), 1984.

relações de uma dada sociedade com o espaço e com a natureza. Sendo assim, afirma:

é preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política etc (BERQUE, 1998:86).

Cosgrove (1998:98)⁷ apresenta análise sobre a paisagem, pautando-se nas diferentes simbologias que podem ser atribuídas a mesma, sendo compreendida como uma “maneira de ver, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma cena, em uma unidade visual.”

O autor em tela nos apresenta dois tipos de paisagens geográficas, a saber: i) paisagem da cultura dominante e; ii) paisagens alternativas – residuais, emergentes e excluídas.

Isto posto, convém ressaltar que as paisagens possuem significados simbólicos, pois são frutos da apropriação e modificação do meio ambiente do homem.

Concernente a paisagem da cultura dominante, esta é discutida pelo autor como sendo as que representam poder de um grupo sobre outros. Entretanto, o poder não é visto no seu sentido *stricto*, ou seja, estando limitada apenas no controle do modo de vida, e, sim, a partir de uma compreensão *lato sensu*, onde são determinados, a partir de seus próprios valores, a permanência e reprodução do poder, através de sua capacidade de projeção e comunicação, tornando-se um reflexo ideal da realidade de cada um.

Outro tipo de paisagem geográfica, abordado pelo autor em tela, diz respeito às alternativas, cuja visibilidade não possui tanta pujança quando comparada com as dominantes. Torna-se pertinente ressaltar que, dependendo da escala de análise, uma cultura subordinada e/ou alternativa pode parecer dominante,

⁷ Publicado originalmente em “Geography is everywhere: culture and symbolism in human landscapes”. In: GREGORY, D. e WALFORD, R. (orgs.). *Horizons in Human Geography*. London: Macmillan, 1989. pp.118-135.

podendo ser exemplificada através dos grupos étnicos que dominam cidades, bairros, ruas. Convém frisar que “*por mais dominante localmente que possa ser uma cultura alternativa, ela continua subdominante à cultura nacional oficial*” (COSGROVE, 1998:117). Sendo assim, as culturas alternativas podem ser divididas em residuais, emergentes e excluídas.

As residuais aparecem na paisagem quase sem o seu significado original, sendo, em alguns momentos, desprovidas de qualquer significado. Cosgrove (1998:117), discorre que:

os geógrafos há muito têm interesse por paisagens relíquias, usando-as geralmente como pistas para a reconstrução de antigas geografias. Mas, como ocorre com todos os documentos históricos, é difícil recuperar o significado de tais formas para os que as produziram e, na verdade, a interpretação que fazemos deles nos diz tanto sobre nós mesmos e nossas suposições culturais quanto sobre seu significado original.

No que tange as emergentes, são aquelas muito efêmeras, com um impacto temporal relativamente curto sobre a paisagem. Cosgrove (1998:119), em meio a outros exemplos, busca elucidação sobre a questão exemplificando através do movimento *hippie* dos anos 60, pois este apareceu como um “*desafio à cultura dominante existente, uma visão de futuros alternativos possíveis*”. E, por fim, as excluídas, exemplificado pelo grafite das gangs de rua, grupos gays, prostitutas, entre outros.

SISTEMATIZANDO AS IDÉIAS: DE CARL ORTWIN SAUER AO ATUAL DEBATE FENOMENOLÓGICO DO CONCEITO DE PAISAGEM

Neste momento, torna-se pertinente registrar algumas reflexões sistematizadas sobre os autores supracitados. Primeiramente, cumpre frisar que as obras de Sauer (1998); Bobek & Schmithüsen (1998) e Troll (1996) possuem padrão analítico distinto quando comparadas com os artigos de Meinig (2002); Berque (1998) e; Cosgrove (1998), tendo em vista que os três primeiros artigos são característicos da fase anterior a 1970, ainda pautando-se fortemente na raiz positivista, ao passo que, os três posteriores são estruturados durante outro momento predominante após 1970 de cunho pós-positivista.

Isto posto, torna-se indubitável que, apesar dos avanços e contribuições, Sauer (1998), Bobek & Schmithüsen (1998) e Troll (1996), apresentam abordagens que refutam a preocupação em torno dos costumes, crenças e ritmos do homem, importando assim apenas os registros visualizados na paisagem, em contraponto, Meinig (2002), Berque (1998) e Cosgrove (1998), apresentam reflexões preocupando-se, também, com as características ignoradas pelos autores anteriores.

Os autores em tela abordam a paisagem, em meio as suas pretensões epistemológicas, como um registro cultural dos diferentes grupos de uma sociedade. Berque (1998) reflete sobre a presente questão, abordando a paisagem como uma marca que é registrada nas paisagens que propiciam vestígios, traços ou impressões de uma civilização; enquanto Cosgrove (1998), interpreta a paisagem como o caminho do qual os grupos transmitem seu significado simbólico, aparecendo como reflexo da cultura dominante, residual, emergente e/ou excluída.

Sauer (1998), apresentando diferenciações entre o entendimento de paisagem natural e cultural, sendo a segunda resultado da ação que os homens impuseram sobre a paisagem natural, ressalta que esta se apresenta em constante mudança devido às modificações ocorridas na cultura de um grupo ou, até mesmo, pela própria substituição dos condicionantes culturais.

Bobek & Schmithüsen (1998) e Troll (1996), ambos recorrendo a partir de diferentes prismas reflexivos, abordam que a atuação do homem, buscando atingir seus objetivos, modifica o meio natural, cujas atuações e interferências humanas na paisagem ocorrem de forma mais acelerada quando comparadas com as modificações das paisagens naturais que ocorrem em ritmo secular ou geológico.

Em contrapartida, Meinig (2002), em seu artigo, desvela as diversas possibilidades de análise que uma paisagem pode sofrer, onde a mesma assume múltiplos significados, dependendo, exclusivamente, da relação entre aquele que observa e o que está sendo observado.

Ainda sobre a subjetividade individual em relação a paisagem, Cosgrove (1998) nos aponta que a paisagem seria uma “maneira de ver”, enquanto Meinig (2002) contribui discorrendo que esta “maneira de ver” é individualizada por aquele que observa, atribuindo assim significados distintos, ou seja, apesar da mesma paisagem estar diante dos olhos de um grupo, esta mesma

paisagem estimula subjetividades particulares em cada indivíduo que a observa, pois “qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes” (MEINIG, 2002:35).

Outro ponto importante a ser ressaltado diz respeito ao pioneirismo do estudo de Sauer (1998) ao propor a aplicação do método fenomenológico no estudo de paisagem. Tal proposta ficou sem interlocutor durante décadas, sendo resgatada nas últimas décadas por alguns teóricos da geografia cultural como veremos a seguir.

Cumprir registrar que, entre outros, Holzer (1999) e Melo (2001) edificaram reflexões, buscando aplicar as diversas contribuições de paisagem em seus estudos empíricos, ressaltando a importância/relevância do método fenomenológico.

Holzer (1999), trabalhando explicitamente com o método fenomenológico, apresenta algumas entradas reflexivas, fertilizando ainda mais o caráter plural que permeia o conceito de paisagem. O mesmo elucida alguns entraves epistêmicos retomando a discussão do conceito em tela na dimensão cultural do pensamento geográfico. Holzer (1999:150) nos evidencia suas pretensões ao afirmar:

a questão central desse texto, então, trata da associação do interesse renovado sobre o conceito de *paisagem* por variados coletivos de geógrafos com a retomada da dimensão cultural na geografia e, em termos mais amplos, do próprio questionamento dos fundamentos conceituais do pensamento moderno.

Para atingir suas aspirações acadêmicas, nos acorda fazendo triagem para determinados coletivos, em especial as discussões travadas principalmente pelos geógrafos franceses e anglo-saxões, sendo estes os que, nos últimos trinta anos, vem se preocupando explicitamente com o tema, reestruturando a geografia e edificando raciocínio a partir de novas bases teórico-conceituais.

Holzer (1999) apresenta esforço inicial em clarificar as distinções entre o entendimento acerca do conceito “paisagem” para o senso comum – estes entendem como uma porção do espaço que pode ser observada com um golpe de vista – e para os geógrafos que sempre se esforçaram para produzir suas próprias reflexões conceituais, sem cair na armadilha reducionista do senso comum como encontramos explicitados nos dicionários até hoje.

Holzer (1999) começa a apresentar o pluralismo conceitual de paisagem remetendo-se aos naturalistas românticos, como, por exemplo, Humboldt. Pioneiros nesta discussão, estes se esforçaram para associar a “paisagem” as áreas relativamente expressivas que apresentavam características físicas e culturais que além de expressarem uma homogeneização a individualizam.

A partir das análises dos naturalistas surgiram diversas interpretações, porém o autor delega Carl O. Sauer como o mais importante difusor deste conceito geográfico, pois este estruturou as características mais marcantes, atribuindo a Sauer a primazia no que tange a corporeificação do arcabouço temático da geografia cultural.

Sauer, segundo o autor, também influenciou epistemologicamente diversos geógrafos que acabaram trazendo contribuições diversas para a ciência geográfica, como, Lowenthal que ao investigar as paisagens inglesas e americanas na década de 1960 formula proposições teóricas renovadoras, sendo conhecido como “percepção ambiental”, injetando assim novas frentes de reflexões para o estudo da paisagem. Cumpre destacar que a percepção ambiental, em meados da década de 1970, já não saciava, mais as pretensões do conjunto dos geógrafos, pois esta limitou-se a propor uma análise dos atributos visuais e estéticos da paisagem.

Cumpre mencionar que Holzer (1999) nos acorda que os geógrafos culturais optaram por trilhar outros caminhos – e não o esboçado por Lowenthal. Estes optaram em buscar elucidações na vocação ontológica, tendo a fenomenologia como aporte enquanto método filosófico capaz de resolver algumas esterilizações epistêmicas que se encontravam no cerne da Geografia.

Neste sentido, o autor percorre por diversos geógrafos que contribuíram para o desenvolvimento desta via reflexiva da Geografia, entre eles: Meinig, Tuan, Evernden, Cosgrove e Dardel.

Holzer (1999:160) registra que neste momento a geografia francesa e a anglo-saxônica passam a trilhar dois caminhos para saciar suas aspirações epistemológicas:

a geografia francesa, porém, passou por uma renovação do estudo da paisagem paralelo ao dos anglo-saxões, a partir de dois coletivos: o que procurava estudá-la enquanto espetáculo; o que, ligado à geografia cultural, a estudava como espaço vivido.

Holzer (1999) salienta que hodiernamente os geógrafos interessados no estudo da paisagem encontram dificuldades, emergindo a necessidade em estabelecer novos contornos e arranjos, sem que se perca seu significado e aporte filosófico – a fenomenologia.

Melo (2001:29) discorre que o conceito de paisagem é um dos mais antigos da geografia, no qual busca apresentar as diversas acepções que o mesmo recebeu ao longo do século XX, sendo estimulador de diversos debates, desvelamentos, refutações, aceitações e, também, questionamentos sobre seu caráter e grau de contribuição para a ciência geográfica.

Isto posto, Melo (2001) nos chama atenção para o pioneirismo da paisagem como tema abordado a partir de um enfoque cultural pelos geógrafos alemães e, na década de 1920 pelo norte-americano Carl O. Sauer. Melo (2001) salienta que essa abordagem centrava sua preocupação apenas na análise morfológica da paisagem, considerando apenas os elementos materiais da cultura que saltavam aos olhos do geógrafo em seus estudos da mesma.

A perspectiva supracitada perdurou até a década de 1940, tendo nas duas décadas posteriores uma discussão mais acanhada, deixando de ser um conceito predominante; ao contrário da década de 1970, que houve uma retomada dos estudos voltados para este conceito, inserindo-o em outras abordagens, considerando seus aspectos subjetivos.

Melo (2001) realiza um panorama dos principais autores pós-1970, que trataram de edificar reflexões acerca do conceito de paisagem a partir da perspectiva da geografia humanística, tendo como base filosófica a fenomenologia e o existencialismo.

Torna-se pertinente esboçar algumas articulações entre as contribuições científicas supracitadas, pois tanto Holzer (1999) e; Melo (2001), fazem reflexões pautando-se no solo filosófico da fenomenologia. Apesar da semelhança na escolha do aporte, estes apresentam discussões distintas. Holzer (1999) e Melo (2001) explicitam preocupação em estudar a própria evolução acerca do conceito de paisagem, no que concerne suas interpretações desde os naturalistas até estudos mais recentes, como, por exemplo, as contribuições de Cosgrove e Duncan, no qual Holzer (1999) salienta de forma mais explícita a importância da fenomenologia para redesenhar novas concepções para o conceito de paisagem, ao passo que Melo (2001) se detém a

apresentar reflexão sobre a transição interpretativa do conceito de paisagem, desde o racionalismo até o hodierno debate ontológico.

PARA (NÃO) CONCLUIR

Compreender o conceito de paisagem é de fundamental relevância para os pesquisadores que pretendem se aprofundar na compreensão do espaço-mundo circundante, como, também, refletir acerca das diversas interpretações e entendimentos que os grupos e indivíduos possuem do seu mundo vivido. Canções, poemas e registros de viagens são alguns exemplos de elementos de suma relevância para municiar nossas reflexões na edificação de raciocínio concernente as “paisagens dentro da paisagem”.

Neste sentido, a abordagem geográfica a partir das subjetividades, em especial as individuais, na investigação das marcas tangíveis e intangíveis da paisagem, é um caminho no qual a geografia cultural muito tem contribuído para entendermos a ontologia (ou ontologias) do espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERQUE, Augustin. “Paisagem-marca e paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural”. In.: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp.84-91.
- BOBEK, Hans & SCHMITHÜSEN, Josef. “Paisagem e o sistema lógico da Geografia”. In.: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp.75-83. pp.75-83.
- CORRÊA, Roberto Lobato. “Espaço, um conceito-chave da geografia”. In.: CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa & CASTRO, Iná Elias de. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. pp.15-48.
- COSGROVE, Denis. “A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas”. In.: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp.92-123.
- HOLZER, Werther. “Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico”. In.: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. pp.149-168.
- MEINIG, Donald W. “O olho que observa: dez versões da mesma cena”. In.: *Espaço e Cultura*, nº13. Rio de Janeiro: NEPEC/UERJ, 2002. pp.35-46.

MELO, Vera Mayrinck. "Paisagem e Simbolismo". In.: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. pp.29-48.

SAUER, Carl Ortwin. "A morfologia da paisagem". In.: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp.12-74.

TROLL, Carl. "A paisagem geográfica e sua investigação". In.: *Espaço e Cultura*, nº4. Rio de Janeiro :NEPEC/UERJ, 1997. pp.01-07.